

## **Ambiente de Negócios e Crescimento Econômico Brasileiro**

Marcelo Curado (UFPR) e Thiago Curado (FGV-SP/EESP)

### **Resumo**

A importância de primeira ordem do ambiente de negócios enquanto determinante do crescimento potencial de um país é fato bem estabelecido na literatura internacional. A pesquisa empírica com foco na economia brasileira, no entanto, ainda é bastante escassa. Utilizando dados de 130 países para o período compreendido entre 2010 e 2015, estimamos a relevância do ambiente de negócios para o crescimento, com foco no caso brasileiro. Nossas estimativas indicam que cada ponto percentual de melhora do ambiente de negócios poderia ter gerado expansão adicional de 0,054 p.p. na taxa de crescimento anual do PIB per capita. Os resultados se sustentam quando controlamos para qualidade educacional e ambiente político dos países. Adicionalmente, as estimativas nos permitem traçar diversos contra factuais. Por exemplo, se o Brasil tivesse atingido o nível de desenvolvimento do ambiente de negócios observado pela média da América Latina (ex-Brasil), poderíamos ter observado um crescimento adicional de 0,29% ao ano na renda per capita, acumulando expansão de 1,77% ao longo do período.

*Palavras-chave:* Crescimento Econômico; Ambiente de negócios; Doing Business; E-Governo.

*Código Jel:* O12, O43, O47

### **Abstract**

The importance of the business environment as a key determinant of a country's potential growth is a well-established fact in the international literature. The empirical research focusing on the Brazilian economy, however, is very scarce. Using data from 130 countries comprehending the years between 2010 and 2015, we estimate the relevance of the business environment for growth, focusing on the Brazilian case. Our estimations indicate that each percentage point of improvement in the domestic business environment could have generated an additional expansion of 0.054 p.p. in the annual growth rate of GDP per capita. The results still hold when we control for country's educational quality and political environment. In addition, the estimates allow us to trace several factual counterparts. For example, if Brazil had reached the average development of Latin American (ex-Brazil) business environment, we could have observed an additional growth of 0.29% per year in the per-capita income, accumulating a 1.77% increase over the period.

*Keywords:* Economic growth; Business regulations; Doing Business; E-Government

*Jel Classification:* O12, O43, O47

**Área Anpec:** Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições (Área 6)

## 1. Introdução

As regulações que circunscrevem as atividades empresariais de um país são denominadas genericamente de *ambiente de negócios*. Por um lado, se desenhadas de forma a garantir segurança jurídica e previsibilidade de contratos, tal conjunto de regras pode incentivar o desenvolvimento econômico local e a criação de novas empresas. Por outro lado, um ambiente de negócios que cause empecilhos ao desenvolvimento da atividade privada, com custosos entraves burocráticos, pode ter efeitos deletérios sobre o surgimento de novos negócios. Dessa forma, o ambiente de negócios as decisões de investimento privado e a geração de empregos em uma economia, afetando em última instância seu potencial de crescimento.

A ideia de que o ambiente nos quais os negócios são realizados é essencial para a trajetória de crescimento de um país não é uma novidade. A rigor pode-se encontrar em clássicos como Adam Smith ou em “velhos institucionalistas”, como Thorstein Veblen, passagens sobre a relevância do ambiente de negócios para o crescimento. Mais recentemente, destaca-se o livro “*Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty*”, de Daron Acemoglu e James Robinson. Em síntese, os autores sustentam que um ambiente institucional que estimula a geração de riqueza e os avanços tecnológicos é essencial para o desenvolvimento de um país. Ao comparar os processos de desenvolvimento dos EUA e do México, argumentam, enquanto justificativa para o maior sucesso do primeiro caso, que “*The United States historically established institutions that encouraged technological innovation and spread wealth throughout the population*” (Acemoglu & Robinson, 2012).

A relevância de um ambiente favorável aos negócios como propulsor do desenvolvimento é tema chave para o Banco Mundial. A instituição responsável pela criação e manutenção da principal base de dados da área, o *Doing Business*. O argumento de Kaushik Basu, Vice-Presidente Sênior e Economista-Chefe do Banco Mundial, deixa claro a preocupação da instituição com o tema:

"O sucesso ou fracasso de uma economia depende de muitas variáveis; entre elas, muitas vezes esquecidas, são as engrenagens que facilitam a empresa e os negócios...Com isto quero dizer os regulamentos que determinam o quão fácil é para iniciar um negócio, a velocidade e a eficiência com que os contratos sejam aplicados, a papelada necessária para o comércio, e assim por diante. A realização de melhorias neste regulamento é praticamente gratuita, mas pode desempenhar um papel transformador na promoção do crescimento e do desenvolvimento. “ (Banco Mundial, 2014)

Um primeiro conjunto de trabalhos empíricos da literatura foca no papel do ambiente de negócios para o surgimento de novas empresas. Divanbeigi & Ramalho (2015) constroem um painel de dados para 180 países ao longo de dez anos. Os autores estimam que uma melhoria de dez pontos na medida agregada de qualidade do ambiente de negócios promove incremento de 0,5 empreendimentos por 1000 adultos.

Klapper & Love (2010) utilizam um painel de dados formado por 92 países para estudar o impacto de reformas no ambiente de negócios sobre o crescimento no número de firmas. Dois resultados são encontrados. O primeiro é que pequenas reformas, definidas como aquelas que reduzem em até 40% os custos, o número de dias e de procedimentos, não têm estatisticamente impacto significativo sobre o surgimento de novas firmas. O segundo resultado é que a realização de reformas simultâneas tem impacto mais pronunciado sobre a criação de firmas do que as reformas realizadas de forma espaçada no tempo, o que sugere a existência de sinergia entre múltiplas reformas.

Além de estudos para grupos de países, destacam-se também os estudos de caso para locais que promoveram mudanças relevantes no ambiente de negócios. Bruhn (2011), por exemplo, estima os efeitos das reformas econômicas para simplificação da entrada de novas firmas no México. O trabalho estima que as reformas foram responsáveis por um crescimento de 5% no registro de novas firmas para o período analisado. O estudo conclui que as reformas foram responsáveis por um crescimento real de 2,2% nos

salários. Finalmente, o trabalho também encontra como resultado que uma queda de 3% na renda das firmas estabelecidas antes das reformas, fruto da ampliação da concorrência.

Kaplan, Piedra & Seira (2011) também estudam o caso mexicano. O trabalho analisa especificamente os efeitos do “*System of Fast Opening of Firms*” implementado pelo governo mexicano em 2002. Os resultados encontrados sugerem um crescimento de 5% ao mês na abertura de novas empresas, especialmente em setores industriais<sup>1</sup>.

Branstetter *et al* (2013) avaliaram as consequências das reformas no sistema regulatório em Portugal, país que reduziu substancialmente o custo de entrada de novas firmas no mercado. Os resultados encontrados sugerem que as reformas promoveram incremento no número de firmas e no emprego. O impacto é especialmente forte para firmas pequenas, possuídas por empreendedores de baixo grau de escolaridade e operando em setores de baixa tecnologia (agricultura, construção civil e comércio varejista).

Outro campo importante de investigação é aquele que visa estabelecer a relação entre o ambiente econômico e o crescimento. Djankov, McLiesh & Ramalho (2006) estimam a relevância do ambiente de negócios para o crescimento de 135 economias. O estudo reporta a existência de uma relação direta entre o ambiente de negócios e o crescimento. Objetivamente, aponta que um movimento do último quartil para a melhor posição gera um ganho potencial de 2,3 pontos percentuais no crescimento anual das economias analisadas. Na mesma direção, Divanbeigi & Ramalho (2015) encontram que melhoras significativas no ambiente de negócios seriam capazes, de acordo com o estudo, de ampliar em 0,8% a.a. o crescimento da renda per capita.

Eiffert (2009) realiza um estudo para um conjunto de 90 países durante os anos de 2003 e 2007, encontrando relação positiva entre a realização de reformas para melhoria do ambiente de negócios e a taxa de investimento. O estudo indica que países que promoveram reformas registraram uma aceleração de 0,6% na taxa de investimento no ano imediatamente subsequente a sua implantação.

Estudos empíricos sobre o tema no Brasil são ainda relativamente escassos. Cavalcante (2015) estima os coeficientes que relacionam ambiente de negócios, investimentos e produtividade do trabalho com base em um painel para 81 países entre 2005 e 2011. O autor dedica especial atenção ao caso brasileiro. Os resultados encontrados sugerem que avanços do ambiente de negócios na direção de países que atualmente encontram-se à frente do Brasil promoveriam alterações nos investimentos e na produtividade. De acordo com o trabalho, caso o ambiente de negócios no Brasil alcançasse, por exemplo, os níveis do México ou do Chile, o incremento percentual dos investimentos chegaria a 45%.

É importante salientar também a estreita relação entre o ambiente de negócios e a produtividade do sistema econômico, tema abordado em trabalhos recentes, em que se destaca a conclusão de Canuto & de Negri (2017):

Brazil’s business environment has been unfriendly to productivity gains. It has brought three-fold negative consequences for productivity: subtracting productivity at both enterprise and macroeconomic levels by leading to resource waste in value-less activities; stifling competition as it raises barriers to entry and to the contestability of markets, especially for smaller firms unable to dilute the costs of doing business through scales; and it has stimulated informality. In most of its dimensions, Brazil’s business environment not only takes a toll in terms of waste in the use of resources, but also does not create incentives toward innovative, technology-adaptive, productivity-enhancing firm behavior. Lack of competition is part of the problem

---

<sup>1</sup> No entanto, os autores informam que parte significativa destes resultados concentrou-se nos 15 primeiros meses de implementação do programa e alertam que: “The estimated effect is much smaller than World Bank and Mexican authorities claim it is, which suggests attention in business deregulation may be over emphasized” .

Em síntese, as evidências da literatura empírica e teórica sugerem que a relação entre ambiente de negócios e crescimento deve ser explorada. O tema é particularmente crítico para países como o Brasil, nos quais a distância do ambiente doméstico em relação às melhores internacionais é expressiva.

Apesar das evidências da literatura e a despeito da reconhecida hostilidade de nosso ambiente de negócios, são ainda relativamente escassos os trabalhos na área, especialmente de natureza empírica, para o Brasil. É neste contexto que se insere o presente trabalho. Seu objetivo central é estimar a relevância do ambiente de negócios para o crescimento, com ênfase na discussão para a economia brasileira a partir das evidências empíricas coletadas entre 2010 e 2015.

Para atingir o objetivo proposto o trabalho é organizado da seguinte forma. Após esta introdução, a seção 2.1 exhibe as principais considerações sobre a base de dados. A seção 2.2 apresenta a estratégia de estimação e os resultados obtidos, inclusive para a discussão específica do Brasil. A seção 3 apresenta um estudo de caso sobre medidas de e-governo na simplificação da vida de cidadãos e empresas que contribuem para a melhoria no ambiente de negócios. Na sequência são apresentadas as considerações finais do trabalho e as referências bibliográficas.

## 2. Exercício Empírico

### 2.1. Base de Dados

Os dados sobre o ambiente de negócios são originários do *Doing Business* do Banco Mundial. Essa base de dados provê medidas objetivas sobre a regulação de negócios em 190 países. Os indicadores avaliam em que medida as regulações ajudam ou atrapalham o desenvolvimento de negócios, sendo divididos em dez categorias: *starting a business, dealing with construction permits, getting electricity, registering property, getting credit, protecting minority investors, paying taxes, trading across borders, enforcing contracts e resolving insolvency*.

A tabela 1 compara o desempenho brasileiro em alguns campos com o observado na América Latina e nos países da OCDE. Os indicadores selecionados não deixam dúvida sobre a precariedade de nosso ambiente de negócios. No Brasil, são necessários em média 101,5 dias para se abrir uma firma, enquanto nos países da OCDE são gastos 8,3 dias e em nossos vizinhos latino-americanos gaste-se em torno de 29,4 dias. Destaca-se também que o número de procedimentos para registros de propriedade no Brasil é o dobro do vigente na América Latina. Da mesma forma, no Brasil gastam-se 2600 horas por ano para o pagamento de impostos, especialmente se levarmos em conta que nossos vizinhos latino-americanos gastam 361 horas por ano com estas atividades.

Para permitir uma identificação adequada do parâmetro de interesse, optamos por utilizar uma única variável que resuma o ambiente de negócios.<sup>2</sup> Para isso, optamos por usar o *distance to frontier score* (distância para fronteira, daqui para frente), calculado pelo próprio Banco Mundial. A ideia do indicador é medir o quão longe cada economia encontra-se das melhores práticas internacionais observadas em cada um dos indicadores ao longo do período estudado.<sup>3</sup> A variável é escalonada entre 0 e 100: uma pontuação igual a 85 pontos percentuais indica, por exemplo, que a economia está 25 pontos percentuais distante da fronteira do indicador em questão. Na sequência, o resultado de cada indicador é agregado por categoria, gerando assim dez índices de distância para fronteira, por país e por ano. Por fim, esses dez indicadores são agregados, gerando o que podemos chamar de indicador geral de distância para a fronteira. É esta última medida, disponível para o período compreendido entre 2010 e 2015, que usaremos em nossas estimativas básicas.

---

<sup>2</sup> Utilizar todos os indicadores disponíveis, ou mesmo dez medidas sintéticas, uma para cada categoria, tornaria inviável uma identificação adequada dos parâmetros. Primeiro, teríamos um número muito grande de parâmetros para estimarmos. Segundo, o desempenho de um país nos indicadores do *Doing Business* guarda elevada correlação entre si.

<sup>3</sup> <http://www.doingbusiness.org/data/distance-to-frontier>

**Tabela 1 – Indicadores Seleccionados – Doing Business: Brasil, América Latina e OCDE**

Indicador do <i>Doing Business</i>	Brasil	América Latina	OCDE
<b>Abertura de Empresas</b>			
Número de procedimentos	11	8,3	4,7
Duração dias	101,5	29,4	8,3
<b>Obtenção de Alvarás de construção</b>			
Duração em dias	400	178,1	152,1
<b>Registros de Propriedade</b>			
Número de Procedimentos	14	7	4,7
Duração em dias	25,5	63	21,8
<b>Pagamento de Impostos</b>			
Número	10	30,1	11,1
Tempo (horas por ano)	2600	361	176,6
Alíquota de imposto total (% do lucro)	69,1	47,7	41,2
<b>Comércio Internacional</b>			
Tempo para exportar (em horas)	49	86	15
Custo para exportar (USD)	959	493	160
Tempo para importar (em horas)	63	107	9
Custo para importar (USD)	970	665	123
<b>Resolução de Insolvência</b>			
Taxa de Recuperação	22,4	31,2	72,3
Tempo (anos)	4	2,9	1,7
Custo (% do ativo)	12	16,6	9

Fonte: *Doing Business*, 2017. Banco Mundial.  
Elaboração dos autores

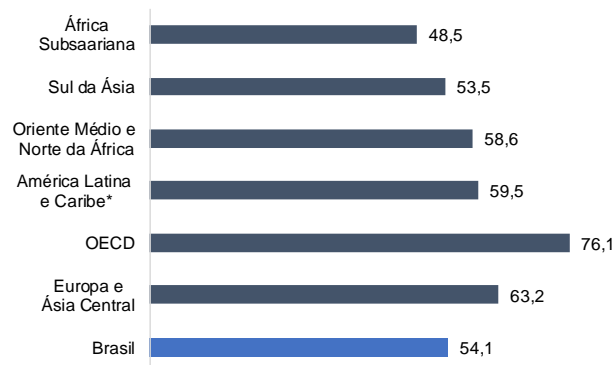
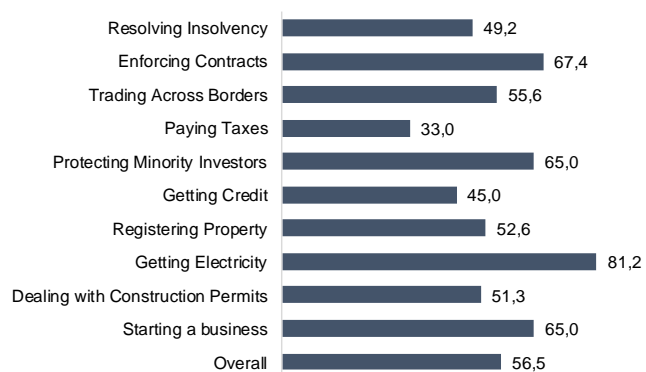
**Figura 1 – Distância da Fronteira e Indicador Global.**

Painel A

Painel B

Brasil – Distância para a Fronteira – 2010-2015

Indicador global: Brasil e Regiões – 2010-2015



Fonte: *Doing Business* 2017, Banco Mundial.  
Elaboração dos autores

Na média do período estudado, o índice de distância geral para a fronteira no caso brasileiro foi de 54,7. O painel A da figura 01 apresenta o resultado do país desagregado por categoria. Por um lado, nosso melhor Para permitir uma identificação adequada do parâmetro de interesse, optamos por utilizar uma única variável que resuma o ambiente de negócios.<sup>4</sup> Para isso, optamos por usar o *distance to frontier score* (distância para fronteira, daqui para frente), calculado pelo próprio Banco Mundial. A ideia do indicador é medir o quão longe cada economia encontra-se das melhores práticas internacionais observadas em cada um dos indicadores ao longo do período estudado.<sup>5</sup> A variável é escalonada entre 0 e 100: uma pontuação igual a 85 pontos percentuais indica, por exemplo, que a economia está 25 pontos percentuais distante da fronteira do indicador em questão. Na sequência, o resultado de cada indicador é agregado por categoria, gerando assim dez índices de distância para fronteira, por país e por ano. Por fim, esses dez indicadores são agregados, gerando o que podemos chamar de indicador geral de distância para a fronteira. É esta última medida, disponível para o período compreendido entre 2010 e 2015, que usaremos em nossas estimativas básicas.

Na média do período estudado, o índice de distância geral para a fronteira no caso brasileiro foi de 54,7. O painel A da figura 01 apresenta o resultado do país desagregado por categoria. Por um lado, nosso melhor desempenho foi na obtenção de eletricidade, onde estamos apenas 18,8 pontos percentuais aquém da fronteira global. Por outro lado, destaca-se como calcanhar de Aquiles da economia brasileira o pagamento de impostos; neste caso, estamos 67 pontos percentuais distantes das melhores práticas internacionais.<sup>6</sup>

Já o painel B da figura 1 apresenta o desempenho do índice global para o Brasil e para regiões do mundo.<sup>7</sup> O resultado brasileiro é substancialmente inferior ao observado pelos países da OCDE. Ficamos significativamente atrás também do alcançado pela média da América Latina e Caribe, bem como do Oriente Médio e Norte da África. O desempenho brasileiro é próximo do observado por países do Sul da Ásia, ficando à frente apenas da África Subsaariana. O anexo 1 apresenta estatísticas do desempenho regional para cada um dos dez grupos de indicadores do *doing business*.

## 2.2. Método de estimação e principais resultados

Em linha com o proposto por Djankov *et al* (2006), estimamos a importância do ambiente de negócios enquanto determinante do crescimento econômico de um país a partir da seguinte equação:

$$\bar{y}_{t,T} = \alpha + \beta \text{ambiente.negocios}_{t,T} + \mu \ln(Y_t) + \gamma X + \varepsilon$$

Onde  $\bar{y}_{t,T}$  é a taxa de crescimento média do PIB per capita entre os anos  $t$  e  $T$ , em pontos percentuais.  $Y_t$  é o nível do PIB per capita no ano  $t$  e  $X$  é um vetor de controles, discutidos na sequência.

Os dados do *Doing Business* sobre distância para fronteira – nossa proxy para a variável “ambiente de negócios” – estão disponíveis apenas a partir de 2010, ao passo que as estatísticas consolidadas para o crescimento do PIB per capita vão até 2015. Nossa amostra se restringe, portanto, ao período 2010-2015.

Uma ressalva metodológica. Embora nossa estrutura de dados original seja um painel, o modelo escolhido implica que nossa regressão funciona como uma *cross-section*, dado que “perdemos” a dimensão temporal ao utilizar as médias do PIB e do indicador de ambiente de negócios ao longo do período da amostra. O custo dessa escolha é uma redução drástica do número de observações disponíveis para estimação. Mesmo

---

<sup>4</sup> Utilizar todos os indicadores disponíveis, ou mesmo dez medidas sintéticas, uma para cada categoria, tornaria inviável uma identificação adequada dos parâmetros. Primeiro, teríamos um número muito grande de parâmetros para estimarmos. Segundo, o desempenho de um país nos indicadores do *Doing Business* guarda elevada correlação entre si.

<sup>5</sup> <http://www.doingbusiness.org/data/distance-to-frontier>

<sup>6</sup> O emaranhado burocrático do sistema tributário brasileiro soma-se à elevada carga tributária do país para explicar tal desempenho.

<sup>7</sup> Utilizamos a divisão regional utilizada pelo próprio Banco Mundial.

assim, a estimação via painel não seria uma escolha adequada, uma vez que a variação interanual da variável de interesse é bastante reduzida. Nossas estimativas mostraram que a inclusão de uma *dummy* de efeito fixos por país toma todo o efeito das variáveis de ambiente de negócios, o que inviabiliza a identificação do parâmetro de interesse. A solução mais adequada parece ser, então, a estimação *cross-section* utilizando-se um vetor de controles para dar conta das variáveis omitidas que gostaríamos de lidar, caso utilizássemos um painel, por meio da inclusão de efeitos fixos.<sup>8</sup>

A Tabela 2 apresenta os resultados principais. Os dois primeiros modelos foram estimados utilizando 130 pontos de observação, cada um destes representando a média do desempenho de cada país da amostra durante o período. Na equação (A1), controlamos apenas pelo nível do PIB per capita em 2005. Conforme esperado, o coeficiente para esse regressor é negativo e significativo, refletindo o fato de países com maior grau de desenvolvimento inicial apresentarem, em média, taxas mais brandas de crescimento. A regressão (A2) adiciona *dummies* para o nível de renda dos países. A *dummy* omitida foi o nível de renda médio-alto, do qual o Brasil faz parte. A Tabela 5, apresentada no anexo, replica as estimativas da especificação principal substituindo as *dummies* de renda por *dummies* regionais, não trazendo alterações significativas aos resultados.

A ausência de controles relevantes nos modelos (A) faz com que os coeficientes estimados para a variável de interesse possam ser interpretados apenas como correlação entre as variáveis. A possível existência de variáveis omitidas impede a inferência de causalidade neste estágio. Os modelos (B) e (C) tentam dar conta desse problema.<sup>9</sup>

Primeiramente, incluímos controles para heterogeneidade na qualidade educacional dos países. Podemos pressupor que locais com maior desenvolvimento da educação também são aqueles com melhores resultados nas variáveis de ambiente de negócio. A ausência de controles nesse sentido faz com que as diferenças nas taxas de crescimento estimadas nos modelos (A) possam ser causadas, na verdade, por diferentes desempenhos no quesito educacional. Assim, o modelo (B1) controla pela qualidade da educação dos países, utilizando como *proxy* as taxas de matrícula nos ensinos pré-primário e primário.<sup>10</sup>

Conforme esperado, a inclusão desses controles reduz o coeficiente do ambiente de negócios, o qual continua significativo à 10%. Por limitação dos dados, a inclusão das taxas de matrícula reduz de 130 para 102 o número de observações. Optamos por não incluir na especificação principal a taxa de matrícula no ensino secundário pois apenas 85 países possuem tais dados, o que reduziria adicionalmente o número de observações. A Tabela 6, apresentada no anexo, replica as estimativas incluindo tal variável, não implicando alteração substantiva dos resultados.

A inclusão das *proxys* de educação não esgota o problema de variáveis omitidas, uma vez que precisamos controlar também pelo ambiente político de determinado país. Da mesma forma que podemos esperar uma correlação positiva entre educação e ambiente de negócios, também podemos sugerir uma relação positiva entre o ambiente de negócios e o ambiente político de determinado local.

---

<sup>8</sup> Uma forma alternativa de justificar o modelo escolhido é a seguinte. Podemos entender que o indicador do ambiente de negócios reflete elementos estruturais da economia, cuja evolução ao longo do tempo acontece de forma relativamente lenta e pouco sensível ao ciclo econômico. Em contrapartida, a taxa de crescimento anual guarda elevada volatilidade, refletindo flutuações de curto prazo que tem pouca relação com os elementos estruturais da economia. Assim, utilizarmos a média da taxa de crescimento do período estamos eliminando o “excesso” de volatilidade da variável dependente.

<sup>9</sup> É possível que a significância estatística e econômica verificada para a variável de interesse nos modelos A e B seja apenas uma questão de variável omitida. Ou seja, é possível que o grau de desenvolvimento do ambiente de negócios de determinado país esteja correlacionado com outras características as quais, estas sim, sejam relevantes para o crescimento econômico.

<sup>10</sup> As taxas de matrícula não encerram a heterogeneidade na qualidade educacional dos países. De toda forma, dois fatores motivaram a inclusão dessas variáveis. Primeiro, elas estão disponíveis, de forma comparável, para um amplo conjunto de países. Segundo, é possível pressupor que as taxas de matrícula estejam correlacionadas à outros quesitos da qualidade educacional de um país.

**Tabela 2 – Resultados principais**

Regressores	Variável dependente: Crescimento médio do PIB per capita, 2010-2015							
	(A1)	(A2)	(B1)	(C1)	(C2)	(C3)	(C4)	(C5)
<b>Ambiente de negócios</b>	<b>0.0771***</b> (0.0218)	<b>0.0631***</b> (0.0197)	<b>0.0487**</b> (0.0230)	<b>0.0755***</b> (0.0282)	<b>0.0612**</b> (0.0248)	<b>0.0405</b> (0.0274)	<b>0.0540*</b> (0.0278)	<b>0.0541*</b> (0.0317)
Log do PIB per capita em 2005	<b>-0.917***</b> (0.182)	<b>-1.822***</b> (0.311)	<b>-1.849***</b> (0.336)	<b>-2.099***</b> (0.340)	<b>-2.162***</b> (0.345)	<b>-2.241***</b> (0.343)	<b>-2.216***</b> (0.374)	<b>-2.334***</b> (0.374)
Renda Baixa		<b>-4.522***</b> (0.842)	<b>-4.305***</b> (0.920)	<b>-4.410***</b> (0.956)	<b>-4.437***</b> (0.958)	<b>-5.109***</b> (1.005)	<b>-4.783***</b> (1.060)	<b>-5.071***</b> (1.089)
Renda Média-Baixa		<b>-2.068***</b> (0.551)	<b>-2.883***</b> (0.651)	<b>-3.401***</b> (0.644)	<b>-3.385***</b> (0.647)	<b>-3.519***</b> (0.639)	<b>-3.544***</b> (0.680)	<b>-3.547***</b> (0.674)
Renda Alta		0.280 (0.658)	-0.000279 (0.706)	0.251 (0.696)	0.211 (0.698)	-0.0239 (0.702)	0.220 (0.698)	-0.00431 (0.706)
Taxa de Matrícula - Ensino Pré-Primário			0.00488 (0.00885)	0.00787 (0.00948)	0.00773 (0.00967)	0.00699 (0.00913)	0.00557 (0.00924)	0.0132 (0.0101)
Taxa de Matrícula - Ensino Primário			0.0401* (0.0215)	0.0411 (0.0270)	0.0358 (0.0278)	0.0398 (0.0267)	0.0411 (0.0272)	0.0344 (0.0276)
PRS - Democratic Accountability				-1.300 (1.290)				-1.809 (1.355)
PRS - Estabilidade Política					1.762 (2.385)			2.595 (2.461)
PRS - Rule of Law						2.298* (1.340)		2.164 (1.376)
PRS - Corrupção							1.001 (1.614)	0.737 (1.662)
Constante	5.439*** (0.902)	15.09*** (2.605)	12.39*** (3.138)	13.56*** (3.264)	13.36*** (3.343)	15.05*** (3.272)	14.79*** (3.548)	14.30*** (3.652)
Observações	130	130	102	87	87	87	87	87
R-quadrado	0.172	0.361	0.410	0.477	0.474	0.490	0.473	0.505

Erros-padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Adicionamos então controles do risco político de cada país, utilizando cinco indicadores do *International Country Risk Guide (ICGR) do Political Risk Services group (PRS)*<sup>11</sup>, quais sejam:

- i. *Democratic Accountability*. Mede o quão responsivo o governo é ao seu povo. Adicionalmente, o indicador leva em conta a participação de militares no poder;
- ii. *Estabilidade Política e ausência de conflitos*. O indicador agrega quatro dimensões: Estabilidade do governo, ocorrência de conflito interno ou externo e existência de tensões étnicas;
- iii. (iii) *Lei e ordem*. É a soma de dois componentes: a “lei” infere a força e imparcialidade do sistema legal considerado, ao passo que “ordem” reflete a observância popular da lei; e
- iv. (iv) *Corrupção*: medida da disseminação da corrupção dentro do sistema político.

<sup>11</sup> <http://www.prsgroup.com/>



As últimas cinco colunas da Tabela 2 incluem as variáveis do IGCR. As equações (C1) à (C4) incluem tais variáveis separadamente, enquanto a equação (C5) as inclui simultaneamente. Limitação adicional de dados reduz nossa amostra para 87 observações.<sup>12</sup>

Nota-se que os coeficientes variam de forma não desprezível ao longo dos modelos (C1) – (C6); em contrapartida, apenas na equação (C3) a variável de ambiente de negócios deixa de ser significativa. Na especificação mais completa - (C5) - o coeficiente estimado atinge seu valor máximo dentre as estimativas de nossa especificação principal, sendo significativo à 5%.

Tomados em seu conjunto, os resultados apresentados na tabela 2 nos dão confiança acerca de uma relação causal, estatisticamente e economicamente significativa, entre a qualidade do ambiente de negócios de um país e sua capacidade de crescimento *per capita*. Os testes de robustez presentes no Anexo 2 dão sustentação adicional aos resultados. Isto posto, partimos na próxima seção para aplicações das estimativas para o caso brasileiro

### 2.3. Ambiente de Negócios e o Crescimento Econômico no Brasil.

Para os exercícios desta seção, utilizaremos o resultado do modelo (C5).<sup>13</sup> O coeficiente estimado para  $\beta$  foi de 0,054, e sua interpretação é bastante direta. Para cada ponto percentual de incremento na distância para a fronteira global, temos expansão adicional de 0.054 p.p. na taxa média de crescimento percentual do PIB per capita. Isso implica que cada ponto adicional no indicador de fronteira geraria um crescimento acumulado de 0,37 p.p. da riqueza per capita ao longo dos seis anos utilizados no estudo. O resultado parece ser economicamente significativo.

Em um exercício extremo, podemos emular a trajetória da economia brasileira caso o país conseguisse atingir o nível mais avançado de desenvolvimento do ambiente de negócios em cada um dos indicadores do *doing business*. Isto é, se o Brasil houvesse atingindo 100% no indicador global de distância, ao invés dos 54,07% observados. Esse movimento implicaria ganho de 2.48 p.p. no crescimento médio do PIB per capita brasileiro, com um aumento acumulado de 15,9% no período estudado.

Claro, o exercício acima é apenas hipotético: nenhum país da amostra consegue atingir 100% no indicador geral de fronteira. Faremos na sequência exercícios mais realistas. A Figura 2 sintetiza o potencial ganho de crescimento caso o Brasil alcançasse o nível do ambiente de negócios da América Latina, do Chile, da OCDE, da Nova Zelândia e a Fronteira Global.

O melhor desempenho da amostra foi obtido pela Nova Zelândia, com índice de 88,75%. Vamos supor então que o Brasil conseguisse replicar o ambiente de negócios neozelandês. Nesse caso, a taxa anual média de crescimento do PIB per capita brasileiro entre 2010 e 2015 teria sido 1,88 p.p. maior, acumulando ganho de 11,80% ao final do período. Já se conseguíssemos replicar o resultado institucional dos países da OCDE, teríamos um crescimento adicional de 1,19% ao ano, acumulando 7,35% de enriquecimento no período.

Sendo menos ambiciosos, se ao menos conseguíssemos atingir o nível de desenvolvimento institucional médio da América Latina (ex-Brasil, 59,49), teríamos um crescimento adicional de 0,29% ao ano, acumulando 1,77% de enriquecimento no período. Anedoticamente, se conseguíssemos replicar o ambiente de negócios de nossos vizinhos chilenos, cujos 70,77 pontos no índice global representam o melhor desempenho da América Latina, nosso crescimento anual seria incrementado em 0,90 p.p., um acumulado de 5,54 % no período.

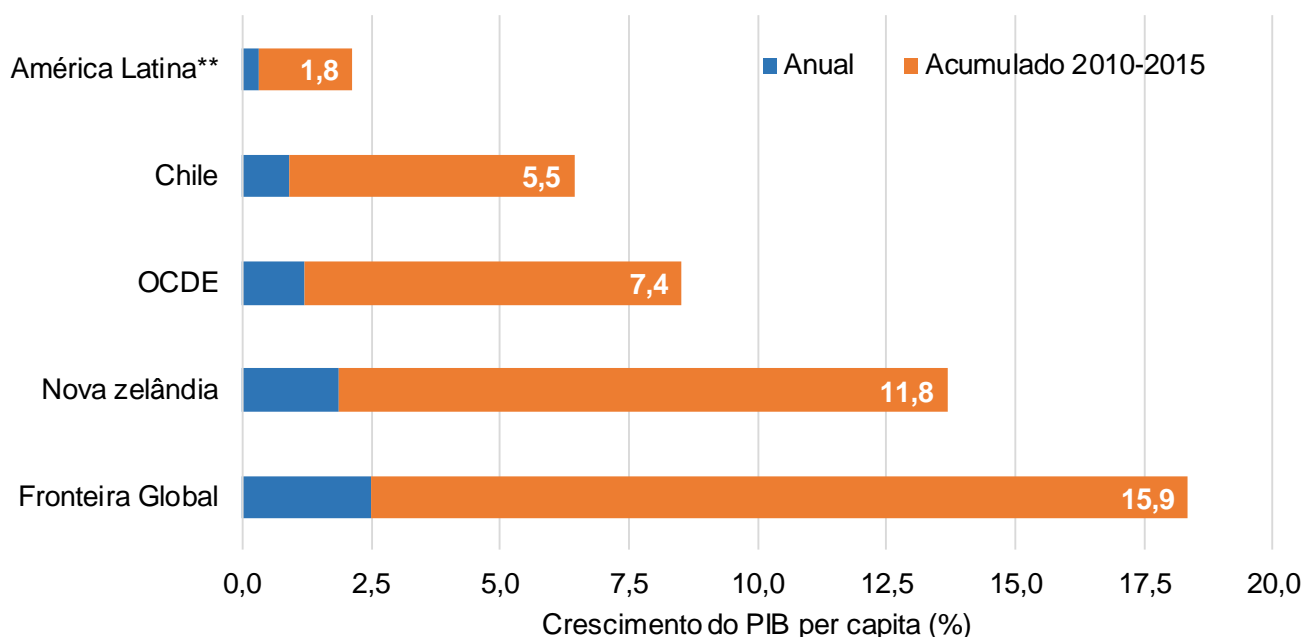
---

<sup>12</sup> Naturalmente, os quatro indicadores acima guardam elevada correlação dentre si, e também com nossa medida de ambiente de negócios. A tabela 6 em anexo apresenta a matriz de correlação dos indicadores de risco político, ao lado da variável de ambiente de negócios.

<sup>13</sup> Essa especificação contém todas as variáveis de controle; ademais, o valor para o coeficiente de interesse encontrado nesse modelo aproxima-se da média obtida ao longo das especificações realizadas.

**Figura 2: Potenciais de crescimento**

Ganho de crescimento\* caso igualássemos o desempenho da.....



\* Estimativas obtidas a partir da extrapolação direta do coeficiente estimado na equação (C5) de nossa formulação principal.

\*\* Excluído Brasil

Uma abordagem alternativa para analisarmos os potenciais ganhos derivados de uma melhoria no ambiente de negócios é, na linha do proposto por Djankov (2006), substituir o regressor de interesse por *dummies* para os quartis do índice de distância para fronteira: o primeiro quartil agrega os 25% dos países com piores resultados, enquanto o quarto quartil contém os 25% com os melhores ambientes de negócios.

Os resultados encontram-se sintetizados na Tabela 5, abaixo. O Brasil encontra-se atualmente no segundo quartil da distribuição de ambiente de negócios. Caso conseguíssemos saltar para o último quartil, teríamos um ganho potencial de 1,5% de crescimento ao ano, ou 9,3% no<sup>14</sup> acumulado 2010-2015.

Tendo em vista que estamos interessados no caso brasileiro em específico, os exercícios apresentados na seção anterior apresentam uma estimativa mais precisa dos nossos potenciais ganhos de crescimento em específico. De toda forma, o exercício com quartis serve para reforçar a confiança nos resultados encontrados.

<sup>14</sup> Por consistência com a seção anterior, interpretaremos os resultados da equação (C5).

**Tabela 3 – Estimação por Quartis**

Regressores	Variável dependente: Crescimento médio do PIB per capita, 2010-2015							
	(A1)	(A2)	(B1)	(C1)	(C2)	(C3)	(C4)	(C5)
Primeiro quartil do ambiente de	-2.074*** (0.776)	-1.711** (0.710)	-0.840 (0.817)	-1.357 (0.985)	-1.263 (0.907)	-0.388 (0.974)	-0.925 (0.972)	-0.639 (1.062)
Segundo quartil do ambiente de	-0.727 (0.632)	-1.402** (0.596)	-1.451** (0.622)	-1.987*** (0.677)	-1.969*** (0.654)	-1.463** (0.677)	-1.678** (0.713)	-1.547** (0.733)
Terceiro quartil do ambiente de	-0.0448 (0.546)	-0.790 (0.521)	-0.458 (0.564)	-0.846 (0.587)	-0.893 (0.586)	-0.540 (0.584)	-0.573 (0.648)	-0.555 (0.653)
Log do PIB per capita em 2005	-0.761*** (0.175)	-1.771*** (0.319)	-1.907*** (0.344)	-2.216*** (0.353)	-2.299*** (0.354)	-2.405*** (0.349)	-2.361*** (0.376)	-2.490*** (0.377)
Renda Baixa		-4.830*** (0.918)	-4.808*** (1.008)	-5.179*** (1.107)	-5.215*** (1.086)	-6.049*** (1.130)	-5.524*** (1.133)	-5.959*** (1.170)
Renda Média-Baixa		-2.085*** (0.573)	-2.966*** (0.665)	-3.521*** (0.664)	-3.520*** (0.659)	-3.676*** (0.648)	-3.678*** (0.679)	-3.687*** (0.672)
Renda Alta		0.302 (0.679)	-0.0119 (0.706)	0.247 (0.695)	0.202 (0.691)	-0.0775 (0.691)	0.221 (0.690)	-0.0634 (0.700)
Taxa de Matrícula - Ensino Pré-Primário			0.00813 (0.00909)	0.00856 (0.00975)	0.0102 (0.00979)	0.00980 (0.00928)	0.00825 (0.00946)	0.0147 (0.0102)
Taxa de Matrícula - Ensino Primário			0.0571*** (0.0213)	0.0602** (0.0277)	0.0543* (0.0282)	0.0584** (0.0269)	0.0591** (0.0276)	0.0522* (0.0279)
PRS - Estabilidade Política				-0.405 (1.236)				-1.116 (1.331)
PRS - Estabilidade Política					2.222 (2.380)			2.516 (2.458)
PRS - Rule of Law						2.708** (1.295)		2.566* (1.365)
PRS - Corrupção							1.415 (1.601)	0.751 (1.751)
Constante	9.523*** (1.807)	19.52*** (2.876)	14.96*** (3.454)	18.06*** (3.669)	17.39*** (3.694)	17.72*** (3.562)	18.38*** (3.672)	17.53*** (3.714)
Observações	130	130	102	87	87	87	87	87
R-quadrado	0.171	0.344	0.423	0.494	0.499	0.520	0.498	0.530

Erros-padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

### 3. Um exemplo de como melhorar o ambiente de negócios: E-governo e as iniciativas para simplificação da vida de cidadãos e empresas.

Nesta seção apresentaremos um conjunto de iniciativas de sucesso de e-governos no fornecimento de serviços para a simplificação a vida de pessoas e empresas, especialmente no que tange à simplificação nos processos de abertura de novas empresas e para redução de tempo no pagamento de taxas e impostos, variáveis diretamente relacionadas ao tema da qualidade do ambiente de negócios e reportadas no Doing Business.

Via de regra, a literatura dedicada ao tema encontra uma forte correlação entre estes esforços do e-governo de simplificação e a construção de um ambiente mais favorável aos negócios, com ampliação da eficiência e da produtividade no sistema. Zouain & Almeida (2016: 58) concluem em estudo empírico sobre o tema que: “The results were in the most part according to the expected relationships according to the literature review, indicating that the e-government readiness is highly related with the ease of doing business dimensions”

Os impactos da simplificação dos sistemas tributários vão além da ampliação da eficiência. Awasthi & Bayraktar (2015) em um estudo para 104 países encontram evidências econométricas robustas da relação entre sistemas tributários complexos e corrupção no pagamento dos tributos. O trabalho sugere que uma redução em 10% na variável “tempo para pagamento de tributos” leva uma redução de 4% na corrupção associado ao pagamento de tributos.

Iniciativas de e-governo para simplificação da vida dos cidadãos e das empresas são realizadas há um bom tempo por diversos países. Survey organizado pela OECD informava que 26, dos 28 países analisados do bloco desenvolviam iniciativas na área do e-governo com intuito de reduzir o peso administrativo do governo em 2001. O estudo destaca, por exemplo, as iniciativas do início da década passada da Grécia para reduzir o tempo e o custo das operações para registro de novas empresas. Já a Turquia conseguiu para reduzir de 19 para 3 o número de procedimentos on-line para registro de novas empresas. (OECD, 2002)

O caso português merece especial atenção. A OECD (2008) destaca as iniciativas conduzidas por Portugal na década passada na ampliação do fornecimento de um amplo conjunto de serviços para cidadãos e empresas, com destaque para o programa Simplex conduzido pelo país desde 2005.<sup>15</sup>

Os serviços fornecidos pelo e-governo português foram organizados em dois portais, um dedicado aos cidadãos e outro para empresas. Em 2008, o portal dedicado aos cidadãos fornecia 802 serviços de 130 entidades e recebia visitas regulares de meio milhão de pessoas. Desde 2005 um conjunto destes serviços era realizado através de telefones celulares e com mensagens SMS. (OECD, 2008, pp.153). O portal dedicado às empresas foi desenvolvido com base no conceito de “ciclo de vida da empresa” com áreas dedicadas à criação, ao gerenciamento, expansão e dissolução da empresa. O portal reúne desde 2008 um total de 480 serviços voltados ao atendimento de necessidades empresariais. O portal possuía também uma “área reservada” dedicada a prestação de serviços, tais como o fornecimento de certificação, registros e declarações.

Um dos destaques das iniciativas de Portugal no âmbito do programa Simplex refere-se ao serviço “empresa na hora” (on-the-spot-firm). De acordo com a OECD (2008) este programa permitiu entre julho de 2005 e dezembro de 2007 a abertura de 45.500 empresas. Em média, o procedimento de abertura destas firmas levou apenas 51 minutos para ser concluído. Em janeiro de 2008, ainda de acordo com a OECD, este tempo foi reduzido para 45 minutos.

Iniciativas de business on-stop tais como as promovidas por Portugal desde a década passada são desenvolvidas em diversas partes do mundo. Janevski (2014) reporta exemplos similares desenvolvidos na Eslovénia. A formalização do emprego autônomo é viabilizada por site em aproximadamente uma hora e os procedimentos para a abertura de uma nova empresa foram extremamente facilitados.<sup>16</sup>

Nos EUA merecem destaque as iniciativas conduzidas pelos e-governos de Utah, Oregon e Maryland. Em Utah, antes do desenvolvimento do sistema eletrônico, o registro de novas empresas requeria a ida a cinco agências. A implantação do sistema on line: “One stop Business Registration” colocou formulários e informações de todas as agências em um único portal. O sistema desenvolvido em Utah reconhece o ramo de atividade e restringe a demanda de informações ao setor específico, sistema batizado de “Relevant Information Only”. Os resultados do sistema são significativos. Desde 2003, ano de sua implantação, já registrou 405.000 novas empresas e foi responsável por 95% de todas as renovações de licenças para funcionamento. Em média, cada registro on line poupa 80 horas dos empresários.

---

<sup>15</sup> “Portugal has initiated a series of ambitious and a far-reaching public-sector reform...among these, Simplex has become a high-profile initiative, unique among OECD countries” (OECD, 2008, pp.5).

<sup>16</sup> “Unlike in the past, to establish an enterprise there is no need to visit different offices and obtain different permissions or pay high amounts at the notary offices. The establishment of an enterprise through to the e-VEM portal has become fast and efficient” (Janevski, 2014, pp.18).

O Estado do Oregon investiu na construção do portal “new Business Xpress” que reúne em um único portal os serviços de nove agências estaduais. Desde sua reformulação foi registrada uma elevação de 51% no registro on-line de empresas. Em Maryland destaca-se o “Central Business Licensing and Registration Portal” (CBL). Antes do fornecimento do serviço on line, o processo manual em papel levava em torno de dez semanas para concluir o registro de abertura de uma nova empresa. Com o sistema o tempo foi reduzido para dois dias. O CBL agrega o serviço de diversas agências públicas e resume o processo de abertura de uma nova empresa em quatro etapas.

A área de simplificação para pagamento de tributos tem avançado de modo significativo. Em outubro de 2015, o Ministério das Finanças da Índia, por exemplo, criou o “Expert Committee on Tax Simplification” com objetivo central de propor uma reforma para simplificação do complexo sistema de imposto de renda indiano. Entre as proposições sugere-se que: “in principle that the Government should aim to complete most of the taxation processes electronically so as to eliminate human interface”. (Income tax simplification Report, pp.76)

Em alguns casos, a preocupação com a simplificação no sistema tributário suscita a criação de órgãos permanentes. No Reino Unido, por exemplo, existe o “Office of Tax Simplification”, órgão independente do H.M Treasury. Sua função primordial é realizar estudos e propor políticas públicas de simplificação do sistema tributário britânico. A página do órgão fornece também uma série de serviços, com informações sobre cálculo e pagamento de impostos on-line.<sup>17</sup>

As iniciativas para o desenvolvimento de sistemas simplificados on-line para pagamentos de impostos há um bom tempo ultrapassaram os esforços das equipes de tecnologia da informação dos governos locais ou nacionais. Gigantes da área têm demonstrado interesse e desenvolvido produtos na área. Um exemplo importante deste tipo de iniciativa é dado pela Microsoft. A empresa firmou uma parceria com o Servicio de Administración Tributaria (SAT) do México. Através do sistema Microsoft Azure os cidadãos e as empresas mexicanas podem, de acordo com a empresa, pagar em minutos um conjunto de tributos. Na realidade, a plataforma Azure é apenas uma das iniciativas da Microsoft em uma área dedicada exclusivamente ao fornecimento de serviços para o desenvolvimento de novas tecnologias de e-governo.

Estes exemplos são apenas uma amostra que tem como objetivo ilustra a disseminação de iniciativas de desburocratização através dos avanços no fornecimento de serviços para empresas e cidadão pelo e-governo. A literatura e as avaliações realizadas por organismo internacionais, como o Banco Mundial, reportam a relevância destes avanços de natureza microeconômico, alguns relativamente simples, para a construção de um ambiente de negócios mais amigável aos empreendedores.

Os exemplos selecionados permitem concluir que ocorreram avanços ao longo dos últimos anos nos serviços ofertados pelo e-governo aos cidadãos e às empresas, tanto na área de simplificação para a abertura de novas empresas, quanto para tornar o sistema tributário menos complexo. Não deixa de ser interessante comparar estes resultados com a situação atualmente vigente no Brasil, por exemplo na área de abertura de empresas.

Como ponto de partida é bom lembrar que de acordo com o Doing Business (2015) no Brasil existem 11 procedimentos para abertura de empresas e o processo leva em torno de 101,5 dias para ser finalizado. A comparação com a OCDE revela nossa distância em relação às boas práticas na área. Nestes países, existem em média 4,7 procedimentos e o tempo médio é de 8,3 dias. Nossa situação é bastante particular mesmo em relação aos países da América Latina nos quais há um média de 8,3 procedimentos e gasta-se 29,4 dias para completar a abertura de uma empresa.

---

<sup>17</sup> <https://www.gov.uk/government/organisations/office-of-tax-simplification/about>

Para uma comparação mais específica, tomaremos como exemplo o processo de abertura uma microempresa, de acordo com as informações fornecidas pelo Sebrae.<sup>18</sup> O passo inicial para abertura da microempresa é pesquisar se existem empresas constituídas com nomes empresariais idênticos ou semelhantes ao desejado. Sugere-se também que de início: “é importante que você procure a prefeitura onde sua empresa será instalada para verificar os critérios de concessão do Alvará de Funcionamento para o exercício de sua atividade no local escolhido”. O passo seguinte é formalizar o registro legal na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica. Para fazer o registro é “preciso apresentar uma série de documentos e formulários que podem variar de um estado para o outro”. Os mais comuns são o Contrato Social e uma lista de documentos pessoais de cada sócio (no caso de uma sociedade). Se tudo estiver correto, de acordo com as informações do Sebrae, é possível prosseguir com o arquivamento do ato constitutivo da empresa, após apresentação de mais uma série de documentos.<sup>19</sup> Após o registro, será entregue ao seu proprietário o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresa). Com o NIRE é necessário registrar a empresa como contribuinte no site da Receita Federal. Para empresas que trabalham com a produção de bens e/ou com vendas de mercadorias é necessário ainda o registro na Secretaria Estadual da Fazenda. Em geral, pois há variação entre estados, são exigidos nesta etapa os seguintes mais uma série de documentos.<sup>20</sup> Após estas etapas restará ainda o registro municipal e em alguns casos a obtenção do alvará do corpo de bombeiros e do alvará de funcionamento, restando ainda todo o processo de cadastro na Previdência Social.

O exemplo é apenas uma ilustração de que é possível, através da melhoria na prestação de serviços pelo e-governo, avançar significativamente na simplificação do processo de abertura de empresas, fomentando assim a atividade empresarial no Brasil. Algumas iniciativas nesta área foram realizadas, como por exemplo as melhorias no processo de registro para os Microempreendedores Individuais (MEI). É possível realizar todo o processo de registro do MEI, incluindo a obtenção do CNPJ através de um único portal.<sup>21</sup> No entanto, antes de se iniciar o processo de formalização o próprio portal indica a necessidade de “procurar a prefeitura para verificar se a atividade pode ser exercida no local desejado”, o que em muitos casos, especialmente em pequenas prefeituras do interior do Brasil, demanda o deslocamento físico do cidadão para a prefeitura.

De toda a forma, o elemento que cabe ressaltar é que há um amplo espaço para, através de medidas simples e tecnologicamente viáveis, melhorar substancialmente o ambiente de negócios brasileiro através de iniciativas do e-governo. No caso específico, os exemplos de Portugal e dos estados americanos podem servir como um guia para adoção destas boas práticas

#### **4. Considerações finais.**

Os resultados do exercício empírico encontram-se de acordo com as principais referências da literatura na área, reportando a existência de uma relação causal econômica e estatisticamente significativa entre o ambiente de negócios e o crescimento para o grupo de países estudados e para o Brasil. Nossas estimativas indicam que cada ponto percentual de melhora do ambiente de negócios poderia ter gerado expansão adicional de 0,054 p.p. na taxa de crescimento anual do PIB per capita. Os resultados se sustentam quando controlamos para qualidade educacional e ambiente político dos países.

Para o período estudado, os exercícios realizados servem como um *contra factual* do crescimento que *poderíamos* ter obtido, *caso* tivéssemos emulado o ambiente de negócios de alguns países e grupos de

---

<sup>18</sup> <http://www.sebrae.com.br>

<sup>19</sup> Em geral, são necessários nesta etapa: (i) Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual ou Estatuto, em três vias; (ii) Cópia autenticada do RG e CPF do titular ou dos sócios; (iii) Requerimento Padrão (Capa da Junta Comercial), em uma via; (iv) FCN (Ficha de Cadastro Nacional) modelo 1 e 2, em uma via; (v) Pagamento de taxas através de DARF.

<sup>20</sup> DUC (Documento Único de Cadastro), em três vias; DCC (Documento Complementar de Cadastro), em 1 via; Comprovante de endereços dos sócios, cópia autenticada ou original; Cópia autenticada do documento que prove direito de uso do imóvel, como por exemplo o contrato de locação do imóvel ou escritura pública do imóvel; Número do cadastro fiscal do contador; Comprovante de contribuinte do ISS, para as prestadoras de serviços; Certidão simplificada da Junta (para empresas constituídas há mais de três meses); Cópia do ato constitutivo; Cópia do CNPJ; Cópia do alvará de funcionamento.

<sup>21</sup> <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>

países selecionados. O fato é que o Brasil, no período, ficou muito distante das melhores práticas internacionais, situando-se no segundo quartil da distribuição do indicador de distância para fronteira.

Os resultados de nosso exercício apontam para um potencial elevado de crescimento a partir de reformas do ambiente relativamente simples – comparada à outras reformas estruturais – e de impactos de curto prazo. A experiência internacional – como no exemplo específicos das medidas de E-Governo – podem servir de guia para medidas objetivas de reforma de nosso ambiente institucional.

Os custos financeiros associados às reformas necessárias parecem ser inexpressivos quando comparados com investimentos em outras variáveis usualmente relacionadas ao crescimento, como a melhoria da educação e da infraestrutura. Sugere-se, portanto, a adoção de uma agenda de reformas microeconômicas que permitam que o Brasil replique as melhores práticas internacionais no tocante ao ambiente de negócios. Para tanto, faz-se necessária a construção de um conjunto de metas claras e objetivas, com prazos bem delimitados para sua implementação.

## Referencias bibliográficas

- Acemoglu, D & Robinson, J.A. (2012). **“Why Nations Fail: the origins of power, prosperity, and poverty”**. Crown Publishing Group, New York.
- Awasthi, R & Bayraktar, N. (2015) Can tax simplification help lower tax corruption? **Eurasian Economic Review**, 5: 297:330
- Banco Mundial. (2014). **Eficiência Regulatória e Forte Proteção Legal São Fundamentais para Ajudar Empresários a Prosperar, Conclui o Relatório Doing Business**. Disponível em: [http://portugues.doingbusiness.org/~/\\_/media/WBG/doingbusiness/Documents/PressReleases/DB15/DB15GlobalPressReleasePortuguese.pdf](http://portugues.doingbusiness.org/~/_/media/WBG/doingbusiness/Documents/PressReleases/DB15/DB15GlobalPressReleasePortuguese.pdf). Acesso em: 26/12/2016.
- Branstetter, Lee G., Francisco Lima, Lowell J. Taylor and Ana Venâncio (2013), ‘Do Entry Regulations Deter Entrepreneurship and Job Creation? Evidence from Recent Reforms in Portugal’, **The Economic Journal**. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/eoj.12044>>
- Bruhn, M. (2011). License to sell: The effect of business registration reform on entrepreneurial activity in Mexico. **The Review of Economics and Statistics**, 93(1): 382–386
- Cavalcante, L.R (2015). **Ambiente de negócios, investimentos e produtividade**. Texto para Discussão, n.2130. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Canuto, O & de Negri, F (2017). **Does Brazil’s Sector Structure Explain Its Productivity Anemia?** Disponível em: [<http://www.huffingtonpost.com/entry/594854ebe4b0f7875b83e535>]
- Divanbeigi, R., & Ramalho, R. (2015). **Business regulations and growth**. World Bank Policy Research Working Paper, (7299).
- Djankov, S., McLiesh, C., & Ramalho, R. M. (2006). Regulation and growth. **Economics Letters**, 92(3): 395-401.
- Eiffert, B. (2009), ‘**Do Regulatory Reforms Stimulate Investment and Growth? Evidence from the Doing Business Data, 2003-07**’, Working Paper No. 159, Center for Global Development.
- Janevski, Z, Bojnec, S, Godnov, U, Petkovska Mirchevska,T, Angelova, B e Angeloska-Dichovska, M. (2014) Business benefits from e-government services: case of Slovenia and Macedonia. **Economic Development** n.3, p.13-27
- Kaplan, D.S., et al. (2011). Entry regulation and business start-ups: Evidence from Mexico, **Journal of Public Economy**. [doi:10.1016/j.jpubeco.2011.03.007]
- Klapper, L and Love, I. (2010), ‘**The Impact of Business Environment Reforms on New Firm Registration**’. Policy Research Working Paper, n.5493, World Bank, Washington, DC.
- OECD. (2002). **From de red tape to smart tape: Administrative simplification in OECD**.
- OECD. (2008). **Making life easy for citizens and businesses in Portugal: administrative simplification and e-government**. OECD.
- Zouain, D.M & Almeida, GO. (2016). **E-government impact in doing business dimensions, corruption perception, entrepreneurial attitudes and activities**. **IADIS International Journal** 5 (2):49-61



## Anexo 1

**Tabela 4- Variáveis do Doing Business. Estatísticas Básicas para países selecionados.  
(2010-2015)**

	Estatística	Brasil	Europa e Ásia Central	OECD	América Latina e Caribe	Oriente Médio e Norte da África	Sul da Ásia	África Subsaariana
<b>Índice Geral</b>	<b>Média</b>	<b>54.1</b>	<b>63.2</b>	<b>76.1</b>	<b>59.5</b>	<b>58.6</b>	<b>53.5</b>	<b>48.5</b>
	Desvio Padrão		9.0	6.7	7.8	9.2	7.7	10.1
	Mínimo		39.4	60.4	36.3	32.8	37.4	26.4
	Máximo		82.1	89.5	71.8	75.3	66.3	77.2
<b>starting a business</b>	<b>Média</b>	<b>54.8</b>	<b>80.5</b>	<b>85.6</b>	<b>70.4</b>	<b>66.2</b>	<b>75.0</b>	<b>56.2</b>
	Desvio Padrão		12.2	9.7	16.2	18.6	13.4	20.4
	Mínimo		25.5	52.9	29.0	15.0	25.7	2.2
	Máximo		96.4	100.0	94.3	90.3	93.3	94.3
<b>dealing with construction permits</b>	<b>Média</b>	<b>47.3</b>	<b>0.0</b>	<b>73.7</b>	<b>64.7</b>	<b>64.5</b>	<b>54.2</b>	<b>57.4</b>
	Desvio Padrão		0.0	9.2	10.3	16.8	21.7	16.8
	Mínimo		0.0	48.1	27.7	0.0	17.1	0.0
	Máximo		0.0	91.6	80.1	87.3	83.5	86.5
<b>getting electricity</b>	<b>Média</b>	<b>89.8</b>	<b>61.5</b>	<b>80.1</b>	<b>74.2</b>	<b>73.9</b>	<b>59.0</b>	<b>52.2</b>
	Desvio Padrão		15.6	11.5	11.2	11.9	17.8	17.3
	Mínimo		16.4	55.0	42.1	37.6	12.0	0.0
	Máximo		95.9	99.9	90.8	97.4	78.9	84.2
<b>registering property</b>	<b>Média</b>	<b>56.1</b>	<b>71.6</b>	<b>73.4</b>	<b>59.9</b>	<b>67.1</b>	<b>48.3</b>	<b>51.0</b>
	Desvio Padrão		15.3	15.1	13.1	16.6	22.0	15.0
	Mínimo		32.1	33.9	22.2	0.0	0.0	14.1
	Máximo		99.9	97.1	83.5	95.5	83.2	89.2
<b>getting credit</b>	<b>Média</b>	<b>48.9</b>	<b>57.7</b>	<b>70.1</b>	<b>53.6</b>	<b>28.6</b>	<b>42.9</b>	<b>34.1</b>
	Desvio Padrão		22.7	17.0	19.3	17.6	17.7	18.8
	Mínimo		5.0	15.0	10.0	0.0	6.3	0.0
	Máximo		93.8	100.0	95.0	68.8	81.3	90.0
<b>protecting minority investors</b>	<b>Média</b>	<b>54.5</b>	<b>52.6</b>	<b>60.9</b>	<b>47.7</b>	<b>43.0</b>	<b>51.0</b>	<b>42.2</b>
	Desvio Padrão		11.5	14.7	14.5	10.7	16.8	13.6
	Mínimo		16.7	30.0	20.0	23.3	10.0	16.7
	Máximo		73.3	96.7	80.0	66.7	73.3	80.0
<b>paying taxes</b>	<b>Média</b>	<b>41.0</b>	<b>60.1</b>	<b>78.2</b>	<b>56.9</b>	<b>76.4</b>	<b>63.5</b>	<b>54.7</b>
	Desvio Padrão		21.2	10.4	17.2	17.1	19.5	19.8
	Mínimo		0.0	39.1	12.2	32.2	22.1	12.0
	Máximo		94.2	95.8	83.5	100.0	100.0	91.9
<b>trading across borders</b>	<b>Média</b>	<b>66.0</b>	<b>57.1</b>	<b>85.7</b>	<b>67.9</b>	<b>66.3</b>	<b>51.7</b>	<b>45.8</b>
	Desvio Padrão		27.8	6.3	13.7	17.7	18.6	20.7
	Mínimo		0.0	60.8	7.9	0.0	10.8	0.0
	Máximo		100.0	100.0	92.1	91.6	94.3	92.7
<b>enforcing contracts</b>	<b>Média</b>	<b>53.1</b>	<b>65.4</b>	<b>69.5</b>	<b>52.9</b>	<b>52.0</b>	<b>40.6</b>	<b>48.6</b>
	Desvio Padrão		8.7	10.2	9.8	7.5	14.6	11.9
	Mínimo		44.0	34.7	25.9	28.4	20.8	25.2
	Máximo		83.4	86.0	68.1	70.6	70.1	68.7
<b>resolving insolvency</b>	<b>Média</b>	<b>18.9</b>	<b>37.3</b>	<b>71.9</b>	<b>33.3</b>	<b>29.4</b>	<b>32.3</b>	<b>21.4</b>
	Desvio Padrão		14.2	21.6	21.2	16.7	16.9	16.9
	Mínimo		2.0	16.6	0.0	0.0	0.0	0.0
	Máximo		76.2	100.0	84.9	57.6	54.4	72.0

## Anexo 2 – Testes de robustez e especificações alternativas

### Tabela 5 - Dummies Regionais

Regressores	Variável dependente: Crescimento médio do PIB per capita, 2010-2015							
	(A1)	(A2)	(B1)	(C1)	(C2)	(C3)	(C4)	(C5)
<b>Ambiente de negócios</b>	<b>0.0771***</b> (0.0218)	<b>0.0698***</b> (0.0221)	<b>0.0480*</b> (0.0266)	<b>0.0739**</b> (0.0344)	<b>0.0520*</b> (0.0297)	<b>0.0428</b> (0.0333)	<b>0.0796**</b> (0.0340)	<b>0.0823**</b> (0.0380)
Log do PIB per capita	-0.917*** (0.182)	-0.976*** (0.201)	-1.128*** (0.249)	-1.158*** (0.273)	-1.294*** (0.288)	-1.245*** (0.281)	-0.996*** (0.301)	-1.138*** (0.312)
América Latina		0.155 (0.508)	0.374 (0.567)	0.601 (0.602)	0.465 (0.607)	0.894 (0.747)	0.584 (0.597)	1.123 (0.759)
África Subsaariana		-0.787 (0.582)	-0.672 (0.707)	-0.173 (0.871)	-0.475 (0.862)	-0.452 (0.867)	0.213 (0.933)	0.220 (0.932)
Sul da Ásia		0.989 (0.803)	-0.573 (1.266)	0.208 (1.505)	0.567 (1.536)	0.258 (1.512)	0.958 (1.571)	1.501 (1.600)
Taxa de Matrícula - Ensino Pré-Primário			0.00995 (0.0102)	0.0161 (0.0114)	0.0158 (0.0114)	0.0129	0.0126 (0.0109)	0.0207* (0.0118)
Taxa de Matrícula - Ensino Primário			0.0426* (0.0249)	0.0407 (0.0334)	0.0310 (0.0343)	0.0357	0.0417 (0.0332)	0.0275 (0.0340)
PRS - Democratic Accountability				-1.744 (1.552)				-1.857 (1.598)
PRS - Estabilidade Política e ausência					3.111 (2.959)			4.096 (2.998)
PRS - Estabilidade Política						1.398 (1.835)		2.531 (1.912)
PRS - Corrupção							-2.771 (1.867)	-3.383* (1.996)
Constante	5.439*** (0.902)	6.515*** (1.518)	4.644* (2.673)	4.177 (3.310)	4.296 (3.300)	5.443 (3.334)	2.445 (3.628)	1.285 (3.695)
Observações	130	130	102	87	87	87	87	87
R-quadrado	0.172	0.215	0.234	0.266	0.265	0.260	0.275	0.316

Erros-padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

**Tabela 6 - Resultados com a inclusão do Ensino Secundário**

Regressores	Variável dependente: Crescimento médio do PIB per capita, 2010-2015							
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
<b>Ambiente de negócios</b>	<b>0.0771***</b>	<b>0.0631***</b>	<b>0.0594**</b>	<b>0.0763**</b>	<b>0.0584**</b>	<b>0.0484</b>	<b>0.0602*</b>	<b>0.0744**</b>
	(0.0218)	(0.0197)	(0.0261)	(0.0300)	(0.0274)	(0.0299)	(0.0318)	(0.0344)
Log do PIB per capita	-0.917***	-1.822***	-1.839***	-1.940***	-2.021***	-2.080***	-1.965***	-2.041***
	(0.182)	(0.311)	(0.342)	(0.363)	(0.364)	(0.382)	(0.404)	(0.403)
Renda Baixa		-4.522***	-4.807***	-4.512***	-4.386***	-5.055***	-4.613***	-4.409***
		(0.842)	(1.022)	(1.120)	(1.131)	(1.212)	(1.186)	(1.250)
Renda Média-Baixa		-2.068***	-3.232***	-3.532***	-3.471***	-3.718***	-3.562***	-3.481***
		(0.551)	(0.705)	(0.734)	(0.737)	(0.757)	(0.756)	(0.757)
Renda Alta		0.280	-0.380	0.0426	-0.203	-0.204	-0.0597	-0.222
		(0.658)	(0.693)	(0.716)	(0.719)	(0.734)	(0.725)	(0.732)
Taxa de Matrícula - Ensino Pré-Primário			0.00855	0.0115	0.0119	0.00861	0.00807	0.0182*
			(0.00918)	(0.00979)	(0.00987)	(0.00959)	(0.00964)	(0.0103)
Taxa de Matrícula - Ensino Primário			0.0319	0.0462	0.0337	0.0459	0.0441	0.0345
			(0.0224)	(0.0307)	(0.0316)	(0.0310)	(0.0312)	(0.0314)
Taxa de Matrícula - Ensino Secundário			0.00474	-0.00187	0.000911	-0.00260	-0.00129	-0.00190
			(0.0152)	(0.0168)	(0.0168)	(0.0170)	(0.0177)	(0.0175)
PRS - Democratic Accountability				-1.915				-2.436*
				(1.339)				(1.398)
PRS - Estabilidade Política					3.531			4.733*
					(2.483)			(2.561)
PRS - Rule of Law						1.384		1.129
						(1.497)		(1.510)
PRS - Corrupção							-0.137	-0.308
							(1.707)	(1.727)
Constante	5.439***	15.09***	12.01***	12.08***	11.06***	13.34***	12.45***	10.28**
	(0.902)	(2.605)	(3.060)	(3.372)	(3.520)	(3.485)	(3.724)	(3.919)
Observações	130	130	85	76	76	76	76	76
R-quadrado	0.172	0.361	0.477	0.488	0.488	0.479	0.472	0.519

Erros-padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

**Tabela 7 - Subindicadores do *doing business***

Regressores	Variável dependente: Crescimento médio do PIB per capita, 2010-2015										
	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)	(IX)	(X)	(XI)
starting a business	0.0591*** (0.0191)										0.0636*** (0.0217)
getting electricity		-0.0106 (0.0145)									0.00769 (0.0150)
registering property			0.0115 (0.0131)								-0.0109 (0.0153)
getting credit				0.0373*** (0.0112)							0.0388*** (0.0128)
protecting minority investors					0.0231 (0.0144)						-0.00805 (0.0167)
paying taxes						-0.00174 (0.0143)					-0.00810 (0.0146)
trading across border							-0.0286** (0.0142)				-0.0435*** (0.0145)
enforcing contracts								0.0266 (0.0188)			0.00204 (0.0204)
resolving insolvency									0.00333 (0.0122)		-0.0106 (0.0118)
PRS - Estabilidade Política										-0.00255 (0.0146)	0.0107 (0.0137)
Log do PIB per capita	-2.300*** (0.359)	-2.278*** (0.382)	-2.340*** (0.381)	-2.415*** (0.357)	-2.246*** (0.377)	-2.308*** (0.381)	-2.264*** (0.372)	-2.243*** (0.379)	-2.328*** (0.387)	-2.305*** (0.382)	-2.304*** (0.365)
Renda Baixa	-4.960*** (1.025)	-5.737*** (1.087)	-5.395*** (1.083)	-5.661*** (0.997)	-5.256*** (1.069)	-5.599*** (1.084)	-5.596*** (1.040)	-5.301*** (1.072)	-5.618*** (1.079)	-5.600*** (1.077)	-5.047*** (1.067)
Renda Média-Baixa	-3.618*** (0.645)	-3.620*** (0.683)	-3.607*** (0.683)	-3.751*** (0.640)	-3.376*** (0.693)	-3.651*** (0.691)	-3.553*** (0.669)	-3.561*** (0.678)	-3.665*** (0.691)	-3.634*** (0.685)	-3.723*** (0.666)
Renda Alta	0.259 (0.681)	-0.00104 (0.719)	0.0596 (0.716)	-0.0331 (0.671)	-0.0757 (0.711)	0.0509 (0.726)	0.178 (0.704)	0.0315 (0.710)	0.0525 (0.721)	0.0366 (0.719)	0.483 (0.675)
Taxa de Matrícula - Ensino Pré-Primário	0.00882 (0.00979)	0.0127 (0.0103)	0.0129 (0.0102)	0.0160 (0.00966)	0.0134 (0.0101)	0.0126 (0.0106)	0.0125 (0.0100)	0.00955 (0.0104)	0.0128 (0.0103)	0.0128 (0.0103)	0.0105 (0.00987)
Taxa de Matrícula - Ensino Primário	0.0281 (0.0265)	0.0406 (0.0277)	0.0429 (0.0278)	0.0148 (0.0271)	0.0352 (0.0276)	0.0409 (0.0278)	0.0538* (0.0278)	0.0448 (0.0276)	0.0404 (0.0279)	0.0412 (0.0278)	0.0208 (0.0269)
PRS - Democratic Accountability	-2.504* (1.304)	-0.810 (1.278)	-0.897 (1.268)	-2.714** (1.306)	-1.161 (1.262)	-0.885 (1.300)	0.301 (1.380)	-1.052 (1.261)	-0.993 (1.305)	-0.915 (1.274)	-2.279 (1.444)
PRS - Estabilidade Política	3.269 (2.376)	2.278 (2.492)	1.860 (2.502)	3.456 (2.361)	3.172 (2.535)	2.102 (2.516)	1.256 (2.469)	1.938 (2.465)	2.274 (2.539)	2.142 (2.493)	2.566 (2.403)
PRS - Rule of Law	2.102 (1.274)	3.089** (1.331)	2.806** (1.325)	3.249** (1.237)	2.786** (1.304)	3.024** (1.464)	2.830** (1.289)	2.145 (1.422)	2.888** (1.340)	2.951** (1.322)	2.733* (1.503)
PRS - Corrupção	0.676 (1.566)	1.495 (1.640)	1.385 (1.636)	1.263 (1.535)	0.951 (1.643)	1.417 (1.646)	1.916 (1.619)	1.399 (1.622)	1.253 (1.763)	1.505 (1.702)	1.525 (1.665)
Constante	13.91*** (3.449)	16.13*** (3.606)	15.47*** (3.613)	17.26*** (3.387)	14.34*** (3.668)	15.96*** (3.682)	15.82*** (3.508)	14.27*** (3.729)	16.03*** (3.652)	15.95*** (3.631)	15.29*** (3.912)
Observações	87	87	87	87	87	87	87	87	87	87	87
R-quadrado	0.545	0.490	0.491	0.552	0.503	0.486	0.512	0.500	0.487	0.486	0.644

Erros-padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1